



# Plano de Actividades e Orçamento 2012

## ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO.....	2
2.	MISSÃO, VALORES E OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS.....	3
3.	ACÇÕES .....	6
4.	PLANO DE INVESTIMENTOS.....	10
5.	ANÁLISE ECONÓMICA-FINANCEIRA.....	12
5.1.	PRESSUPOSTOS.....	12
5.2.	RENDIMENTOS OPERACIONAIS .....	13
5.3.	GASTOS OPERACIONAIS.....	17
5.4.	GASTOS FINANCEIROS .....	17
5.5.	OUTROS GASTOS .....	17
6.	PLANO DE FINANCIAMENTO .....	18
6.1.	AUTO-FINANCIAMENTO .....	18
6.2.	FINANCIAMENTOS BANCÁRIOS .....	19
6.3.	PROJECTOS COMUNITÁRIOS / CONTRATOS PROGRAMA / INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS .....	19
6.4.	MAPA DE APLICAÇÕES E ORIGENS DOS INVESTIMENTOS.....	20
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	21
8.	ANEXOS.....	22
	ANEXO I – BALANÇO ACTIVO PREVISIONAL .....	22
	ANEXO I – BALANÇO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO PREVISIONAL .....	23
	ANEXO II – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL.....	24
	ANEXO IV – RENDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO .....	26
	ANEXO V – GASTOS .....	27



## 1. INTRODUÇÃO

A APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S. A. (APRAM, S.A.) tem por objeto social a administração e gestão dos portos, terminais e cais da RAM sob a sua área de jurisdição e das marinas do Funchal e Machico, visando a exploração económica, planeamento, construção, conservação e desenvolvimento. Abrange ainda o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária.

Em 2012, a empresa prosseguirá uma estratégia integrada do sector portuário na RAM, atenta a sua missão e valores, concretizada num plano de negócios para o horizonte 2012-2015, rentabilizando as infra-estruturas portuárias, adequando-as aos novos desafios e ao desenvolvimento sustentável nas suas vertentes ambiental, social e económica.

O plano de atividades e orçamento para o ano económico de 2012, ora apresentado, é fortemente condicionado pelo Plano de Ajustamento Económico Financeiro (PAEF), pelo Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2012 (ORAM 2012), pela situação económica financeira da empresa, em particular, e da Região Autónoma da Madeira, em geral.

Os portos, como principal porta de entrada de mercadorias têm sentido o efeito da recessão, acompanhando a tendência nacional, no ano de 2011 verificou-se uma diminuição de 9% na movimentação de mercadorias importadas, embora com um acréscimo global na exportação de 15%, em termos globais, mas insuficiente para fazer face à queda, que obviamente se reflete nas receitas da empresa.

Os gastos correntes da empresa sofrerão um decréscimo, comparativamente aos anos anteriores, e o investimento será reduzido, observando-se, assim, os princípios previstos no PAEF, o acréscimo de custos resultante da entrada em funcionamento da Gare Marítima da Madeira e o aumento do preço dos combustíveis, com grande peso na atividade da empresa.

Para a viabilização económico financeira e para a realização dos investimentos, é necessário que a empresa seja dotada dos imprescindíveis meios financeiros.

Pretende-se, em 2012, a obtenção de um “cash-flow” de exploração positivo, mas a obtenção de resultados líquidos positivos não será possível a curto / médio prazo devido:

- À vocação da empresa para a prestação de serviço público e às orientações do acionista quanto ao aumento do tarifário, de modo a não penalizar em demasia os custos globais da

fatura portuária, embora o aumento médio das tarifas praticadas pela APRAM, S.A. seja de 15% em 2012;

- Aos elevados encargos financeiros resultantes do serviço da dívida;
- Aos elevados encargos com as amortizações do imobilizado, resultado da construção e entrada em funcionamento das infra-estruturas portuárias e de novos equipamentos.

## **2. MISSÃO, VALORES E OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS**

Tendo presente o objeto social e as atribuições que foram acometidas à APRAM, S.A., esta tem por:

- Missão: Administrar as infra-estruturas portuárias, de modo a assegurar o acesso e a circulação de pessoas e bens por via marítima, com qualidade, eficácia e eficiência económica e operacional, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da Região Autónoma da Madeira;
- Valores:
  - Qualidade - Procurar a excelência na sua atuação, esforçando-se diariamente por uma prestação de serviço qualificada, tendo por base os meios materiais e humanos e tecnologia existentes;
  - Segurança - Garantir a segurança da vida humana, a preservação do ambiente e dos ecossistemas marinhos e a proteção da propriedade;
  - Atitude – Atuar, de forma articulada, com o contributo dos colaboradores, no sentido de cumprir com a missão da organização e satisfazer as expectativas de todos os parceiros;
  - Inovação – Encorajar e premiar a inovação, a criatividade e a pró atividade na vida da organização, de modo a assegurar um desenvolvimento sustentado da atividade.

No PDES – Plano de Desenvolvimento Económico e Social da Região Autónoma da Madeira, para o período de 2007 a 2013 foram definidos os seguintes objetivos estratégicos para o sector portuário e de transportes marítimos:

- Desenvolvimento de modelos de gestão integrada que permitam a certificação qualitativa em toda a cadeia logística de transportes, por forma a se obterem mecanismos de funcionamento e de procedimentos que permitam uma gestão célere, racional, económica e integrada de todo o sector, sendo fundamental a padronização de procedimentos entre os diversos intervenientes, e a sua interligação com as demais infra-estruturas portuárias nacionais e europeias;
- Dinamização da política destinada ao sector de cruzeiros de forma a potenciar e otimizar a exploração dos recursos turísticos da Região, a sua promoção a nível do exterior e, consequentemente, a contribuição para o desenvolvimento do sector turístico;
- Desenvolvimento de uma política de transporte marítimo de mercadorias que melhor se adequa às necessidades da Região, nomeadamente através da mais adequada distribuição das escalas dos navios, na equiparação dos custos portuários, que permitam uma melhor integração da Região na sua área geográfica tradicional (Portugal Continental e sul da Europa, norte de África, ilhas da Macaronésia).

Os diversos instrumentos, estratégias e programas disponibilizados deverão ser aproveitados pela APRAM, S.A., e demais parceiros, para melhoria e otimização dos níveis de serviço e da capacidade competitiva da RAM, em especial no que respeita à:

- Contribuição da empresa para o desenvolvimento económico da Região Autónoma da Madeira;
- Posicionamento como autoridade portuária e atuação numa lógica de negócio;
- Envolvimento e criação de sinergias com os parceiros de negócio, de um modo muito particular com a comunidade portuária;
- Segurança portuária.

Visa-se, ainda, tornar a APRAM S.A. numa empresa auto sustentável, do ponto de vista económico e financeiro, atenta às premissas constantes do PAEF e do ORAM 2012.

A função comercial dos Portos da Madeira, no que respeita ao turismo de cruzeiros, deverá ser aumentada e reforçada, tendo em atenção o crescimento dos últimos anos, impondo-se a captação de mais escalas para a ilha do Porto Santo.



As novas infra-estruturas criadas e potenciadoras do turismo de cruzeiros, nomeadamente a Gare Marítima da Madeira, deverão ser maximizadas e rentabilizadas.

O modelo de exploração portuária deverá ser reajustado, mantendo o regime de livre acesso e melhorando a eficiência da operação portuária.

No que concerne às mercadorias importa que se aposte na eficiência e na redução do custo do transporte marítimo, dada a crucial e decisiva importância para um arquipélago que importa 95% do seu consumo e exporta grande parte da sua produção, em especial, no segmento de produtos tradicionais (frutas, com especial relevância para a banana, madeira de eucalipto e vinho, flores).

Será dado seguimento ao desenvolvimento de programas de monitorização ambiental e de segurança marítima nos portos da RAM.

Da mesma forma, será dada continuidade ao desenvolvimento de modelos de gestão integrada de todo o sector.

Finalmente pretende-se dinamizar e promover a náutica de recreio e das atividades marítimo turísticas.

Esta intervenção é materializada por:

- Elaboração de propostas dos planos anuais e plurianuais, nomeadamente de obras marítimas e terrestres e de equipamento dos portos e terminais;
- Contribuição na elaboração dos planos de desenvolvimento económico-social da RAM, de médio e longo prazo;
- Elaboração de propostas legislativas, nomeadamente a adaptação à RAM de legislação nacional com relevância para o sector marítimo portuário;
- Sensibilização para a implementação de políticas comerciais competitivas para o sector, no segmento de cruzeiros, objeto de concorrência;



- Elaboração de propostas para o estabelecimento de parcerias transnacionais, envolvendo os governos das regiões na parte em que seja viável a complementaridade do negócio;
- Elaboração de propostas de tarifários, numa ótica custo/benefício, embora a componente de serviço público tenha que ser salvaguardada, mas que não seja colocada em questão a viabilidade da Empresa;
- Intervenção, direta ou indiretamente, em propostas de legislação nacional relacionada com a atividade portuária ou com o desenvolvimento da RAM.

### 3. ACÇÕES

A APRAM, S. A. dará continuidade a algumas ações já iniciadas em anos anteriores e procederá ao lançamento de outras, indo de encontro à prossecução dos objetivos estratégicos referidos no número anterior.

Assim, e em cumprimento do PAEF e do ORAM 2012, são implementadas as medidas preconizadas nos referidos documentos, nomeadamente:

PONTO (PAEF)	DESCRIÇÃO
12	Congelamento de salários
	Redução anual de 2% do número de trabalhadores
13	Redução dos cargos dirigentes
15	Revogação do subsídio de insularidade na Madeira e redução de 15% do subsídio do Porto Santo
	Revogação da majoração de 30% nas ajudas de custo
21	Investimentos
	a) Reavaliação dos investimentos, bens e serviços, desde que superiores a 0,5 M €
	b) Investimentos participados (Lei de Meios) → previamente autorizadas pelas Finanças
31	Derrama
32	Taxas ISP ↑ de 15%
35	Tributação electricidade (IVA)

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

PONTO (PAEF)	DESCRIÇÃO
39	Implementação de taxas, tarifas e licenças na prestação de serviços e utilização de espaços atualmente gratuitos
58	Alterações legislativas necessárias SERAM
59	Relatório pormenorizado: caracterização organizacional e financeira, níveis de endividamento, necessidades de financiamento futuras, riscos para o ORAM, e medidas necessárias para a sustentabilidade da APRAM
	Reestruturação da empresa
61	Redução dos custos operacionais face a 2009 em 15%
64	Inventariação de todo o património, de forma a promover a sua rentabilização, através da alienação, arrendamento ou utilização para instalação de serviços públicos
65	Aumento médio de 15% nas taxas, tarifas e licenças → redução do grau de subsidiação

Ainda, no cumprimento dos objetivos estabelecidos no PAEF para o sector empresarial regional e acima elencados, assume relevância:

- Elaboração do Plano de Negócios da APRAM, S.A. 2012-2015;
- Inventariação de todo o património, de forma a promover a sua rentabilização, através da alienação, arrendamento ou utilização, eventualmente para a instalação de serviços públicos;
- Melhoraria das condições de atratividade da área de jurisdição do Porto do Caniçal, de modo a rentabilizar todos os espaços vazios, as condições de licenciamento da operação portuária face ao investimento efetuado na infraestrutura portuária;
- Rentabilização do espaço portuário atualmente ocupado pelo estaleiro naval do Caniçal, condicionada atualmente pela decisão (que se espera favorável aos interesses da APRAM) dos processos judiciais em curso;
- Rentabilização das infra-estruturas existentes, designadamente Zona de Atividades Logísticas (ZAL), Gare Marítima da Madeira e espaços adjacentes às infra estruturas portuárias;

- Faturação de serviços ao sector privado e ao sector público empresarial pela ocupação de espaços, instalações e prestações de serviços diversas e faturação de serviços ao EOEP - Estado e Outros Entes Públicos, nomeadamente Direção Regional das Pescas, Empresa de Eletricidade da Madeira, Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, Câmaras Municipais;
- Implementação de novas taxas, de acordo com o princípio do utilizador pagador, previsto no artigo 33.º do ORAM 2012.
- Redução de gastos, quer na componente de fornecimentos e serviços externos, quer na componente de pessoal, esta última acompanhada por uma redução de efetivos, que se estima em 2% no ano de 2012;
- Interação com as demais políticas públicas, nomeadamente as desenvolvidas pela Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Transportes e pela Associação de Promoção da Madeira;
- Dinamização da marca “Portos da Madeira”, com uma linha de merchandising associada ao destino Madeira, enquanto destino de qualidade;
- Transferência da administração e gestão dos pequenos portos para as autarquias locais ou para o departamento governamental com responsabilidades na gestão da orla costeira;
- Criação de sinergias através da interação e desenvolvimento com o turismo náutico, turismo ligado à natureza e ao bem-estar.

A nível dos recursos humanos, para o ano de 2012, e devido à contenção de gastos, prevê-se:

- Continuidade de um plano de RH para a substituição das saídas, baseado no aproveitamento interno dos recursos;
- Formação para a renovação da certificação das tripulações e da segurança;
- Continuação da monitorização em termos de higiene, segurança e saúde no trabalho para os colaboradores da empresa e, materializada através dos exames médicos periódicos,


sensibilização e controlo da alcoolemia e análise às condições ergonómicas dos postos de trabalho;

- Racionalização dos métodos de organização do trabalho, conciliando os interesses, em termos de funcionamento dos portos com os da restante comunidade portuária, com otimização dos custos do trabalho extra;
- Eventuais acordos de cedência de pessoal do porto de Porto Santo;
- Despedimento coletivo dos trabalhadores do estaleiro naval do Caniçal;
- Nas situações possíveis, conciliação da vida pessoal do trabalhador com a vida profissional, através da adaptação dos horários de trabalho;
- Incentivo ao auto desenvolvimento pessoal através da formação académica, com a facilitação, nomeadamente nos horários de trabalho praticados, sempre que possível.

Como autoridade portuária, a APRAM, S.A. é responsável pela eficiência da comunidade portuária, promovendo a comunicação e o interface com os diferentes *stakeholders* do sector, estando previstas as seguintes ações:

- Otimização da gestão das atividades da comunidade portuária e da eficácia do desempenho das funções de autoridade reguladora e fiscalizadora;
- Melhoria na promoção da eficiência na utilização de recursos e a agilização dos procedimentos e dos fluxos de informação associados à prestação de serviços para simplificar e harmonizar procedimentos entre todos os agentes económicos e autoridades (marítimas, sanitárias, veterinárias e policiais, entre outras), através da JUP - Janela Única Portuária e das redes AIS (Automatic Information System);
- Otimização do sistema de incentivos para promoção de escalas de navios de cruzeiro e embarcações de recreio no Porto do Porto Santo;
- Dinamização do mercado de cruzeiros e captação de novas rotas e escalas para o porto do Funchal, em especial para o período de verão e para o combate à sazonalidade;

AL  
f m

- Participação em feiras e eventos internacionais: Seatrade Miami e Seatrade Europe e publicidade em revistas da especialidade com carácter nacional e internacional;
- Desenvolvimento da parceria com os portos de Canárias, nomeadamente no fomento da atividade de cruzeiros e no projeto Cruises in the Atlantic;
- Desenvolvimento de parcerias, com o objetivo de estabelecer relações *win-win*, destacando-se a cooperação com os portos do Continente, nomeadamente com os Portos de Lisboa, Douro e Leixões, Portimão e Açores.

#### 4. PLANO DE INVESTIMENTOS

A APRAM, S.A. modernizou as suas infra estruturas portuárias e apetrechou-as com os mais modernos meios de apoio às operações marítimas e portuárias, pelo que nos próximos anos os investimentos serão reduzidos.

No entanto os portos estão sujeitos a fatores adversos, resultantes das forças da natureza, designadamente das condições meteorológicas e das correntes marítimas, pelo que existirá sempre necessidade de realização de obras de conservação e manutenção.

Neste sentido, prevê-se os seguintes investimentos para o ano 2012:

QUADRO 1 – INVESTIMENTOS 2012

DESIGNAÇÃO DO INVESTIMENTO	VALORES (EUROS)
<b>FUNCHAL</b>	<b>1.554.000</b>
Estudos e Projetos para a Construção do Novo Cais de Cruzeiros – Frente de Proteção Marítima do Aterro	60.000
Empreitada de Construção do Novo Cais de Cruzeiros – Frente de Proteção Marítima do Aterro	500.000
Empreitada de Reordenamento das Infraestruturas do Porto do Funchal	25.000
Empreitada de Reabilitação da Ponte Cais e Muro de Cortina do Molhe Principal do Porto do Funchal – Terminal Norte	634.000
Conceção (projeto) e construção/instalação dos cabeços de amarração	75.000



DESIGNAÇÃO DO INVESTIMENTO	VALORES (EUROS)
Reforço do Pavimento junto à Beira Cais – Vigas de Betão Armado	120.000
Aquisição de uma Lancha de Pilotos de uma Lancha para a Vigilância, Proteção Portuária e Combate à Poluição	140.000
DESIGNAÇÃO DO INVESTIMENTO	VALORES (EUROS)
MACHICO - CANIÇAL	8.000
Reparação da Vedação junto ao Estaleiro Naval do Caniçal	8.000
PORTO SANTO	690.000
Estudos e Projetos dos Edifícios Operacionais	150.000
Projeto de Construção do Cais e Rampa de Acesso ao Salvamento Náutico	40.000
Empreitada de Construção dos Edifícios Operacionais	500.000
SANTA CRUZ	60.000
Empreitada de Reparação do Terminal de Inertes do Porto Novo	60.000
PORTO MONIZ	3.000
Reabilitação e Reequipamento do Porto do Seixal – Guincho	3.000
PONTA DO SOL	50.000
Reparação da Falésia do Cais da Ponta do Sol	50.000
INVESTIMENTOS COMUNS	172.264
Equipamentos de Informática e Comunicações	47.500
Outros Equipamentos	25.000
Equipamento de Apoio à Segurança da Operação e Combate à Poluição	25.000
Instalação de Portas e Divisórias na Zona da Gare Marítima da Madeira – SEF	25.000
Projetos de Cooperação MAC 2007/2013 - MACSIMAR	43.764
Projetos de Cooperação MAC 2007/2013 - GESPOR	3.000
Projetos de Cooperação - COSTA	3.000
INVESTIMENTO TOTAL	2.537.264



De realçar que sem a comparticipação comunitária e a dotação de instrumentos financeiros adequados para o financiamento da parte do investimento não participado, a sua concretização não é possível.

## 5. ANÁLISE ECONÓMICA-FINANCEIRA

### 5.1. PRESSUPOSTOS

Fortemente influenciada pelas circunstâncias externas, nomeadamente as condicionantes políticas e macro económicas, em fase de recessão, a volatilidade dos mercados geradores de turismo de cruzeiro e a importância vital do sector marítimo na economia regional, nem sempre acompanhado das devidas contrapartidas financeiras, a economia da RAM confronta-se com um conjunto de desafios relacionados com a degradação do acesso ao financiamento resultante da crise dos mercados financeiros, justificada, em grande medida, pelo nível de endividamento externo de Portugal, que determinou o pedido de intervenção ao FMI, ao BCE e à Comissão Europeia, com vista à aplicação de medidas de ajustamento.

A APRAM, S.A. apresenta um risco potencial de ser integrada no perímetro da administração pública regional direta, em virtude da sua incapacidade atual para fazer face aos compromissos decorrentes dos elevados empréstimos contraídos, ao longo da última década, para colmatar a realização de investimentos (reprodutivos e não reprodutivos, sendo integrados nestes os pequenos cais), sem as devidas contrapartidas financeiras, pelo que as transferências orçamentais, a realizar pelo Governo Regional deverão permitir a cobertura dos encargos com o serviço da dívida, decorrente dos investimentos realizados em cumprimento das orientações do acionista, dos encargos decorrentes da assunção da gestão do Estaleiro Naval do Caniçal, bem como dos encargos referentes aos investimentos na parte que não é co-financiada por programas comunitários (POVT, Fundo Coesão, Lei de Meios).

Enquadra-se, ainda neste cenário, a ligação de serviço público de transporte regular de passageiros e mercadorias entre a Madeira e o Porto Santo, que está, nos termos do contrato de concessão, isenta de todas as taxas portuárias, do mesmo modo que se encontram isentas de cobrança as áreas dominiais afetas ao manuseamento e armazenagem da carga transportada.



De igual forma, na sequência da Resolução n.º 1565/96, estão isentos do pagamento de taxas portuárias os navios de transporte de mercadorias que transportem gás e produtos similares para o Porto Santo.

Em ambos os casos estamos perante cenários de perda de receita, imprescindíveis para a viabilização económica da empresa.

O endividamento da APRAM, S.A., empresa integrada no SERAM, implica uma fatura anual de encargos financeiros que em 2012 que rondará os 7,2 M€.

Quanto ao financiamento dos investimentos, na ordem dos 2,54 M€, prevê-se a sua comparticipação através do PIDDAR e de projetos desenvolvidos no âmbito da Lei de Meios / POVT.

## **5.2. RENDIMENTOS OPERACIONAIS**

As projeções das prestações de serviços para o ano 2012, tiveram por base o estipulado no PAEF e a contração do consumo público e privado, nomeadamente:

- Implementação de taxas, tarifas e licenças na prestação de serviços e utilização de espaços atualmente gratuitos (Ponto 39 PAEF);
- Inventariação de todo o património, de forma a promover a sua rentabilização, através da alienação, arrendamento ou utilização para instalação de serviços públicos (Ponto 64 PAEF);
- Recebimento das indemnizações compensatórias pela concessão da linha de transporte de passageiros e mercadorias por via marítima entre a Madeira e o Porto Santo, devidas pelas isenções no pagamento de taxas portuárias, bem como celebração de contratos programa (artigos 30.º e 33.º do ORAM 2012);
- Aumento médio de 15% nas taxas, tarifas e licenças, de modo a reduzir o grau de subsidiação do sector público empresarial da RAM (Ponto 65 PAEF).



O Regulamento de Tarifas da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. aprovado em 2010, foi revisto, tendo entrado em vigor no dia 1 de abril um novo tarifário, para dar cumprimento ao PAEF e garantir uma receita adicional de 15%, face ao tarifário vigente até essa data. Apesar do cumprimento desta premissa base, existe a necessidade de proteger a área estratégica do segmento do “mercado de cruzeiros”, por forma a não prejudicar o destino Madeira neste nicho de mercado, atualmente com tendência de crescimento.

As taxas com influência direta na operação dos navios de cruzeiro não sofreram aumentos, por forma a não introduzir um eventual efeito colateral de queda deste mercado por força do aumento das taxas, gerando um efeito perverso de perda de atratividade e receita.

Do mesmo modo, atendendo à atual conjuntura económica de quebra do poder de compra, da subida de impostos, designadamente do IVA, que tem reflexos diretos no custo final das mercadorias transacionadas na RAM, foi igualmente considerado que a subida exponencial das taxas portuárias praticadas no porto do Caniçal, com reflexo direto no transporte de mercadorias, deveria ser evitada, por forma a não agravar ainda mais os custos das mercadorias importadas.

Não obstante a neutralidade do novo regulamento de tarifas, no que concerne aos navios de cruzeiro ou aos navios de carga, foram criadas novas taxas que visam alcançar o desiderato de incremento de receitas em 15%, do mesmo modo que as demais taxas do regulamento atualmente em vigor, mas sem reflexo direto nas duas áreas acima referidas, foram objeto de uma atualização de 15%, de acordo com as orientações de gestão emanadas pelo acionista.

Prevê-se, de acordo com o Orçamento da RAM para 2012 e com o plano de ajustamento económico/financeiro, a cobrança pela utilização de espaços às entidades a seguir indicadas:

- Serviços a faturar ao sector privado e ao sector público empresarial:
  - Empresa de Eletricidade da Madeira – Unidade de captura e uso biológico de CO2 com valorização energética;
  - Opertrans – Utilização de áreas no porto do Caniçal;

- OPM – Utilização de terraplano no porto do Caniçal para a operação portuária, taxas pela emissão e renovação do licenciamento portuário;
- ETP – Taxa pela emissão e renovação do licenciamento do trabalho portuário;
- Agentes de navegação – Taxa pela emissão do licenciamento da atividade;
- Porto Santo Line – Barracão/armazém no porto do Funchal, terraplano de estacionamento dos contentores e fornecimento de energia elétrica;
- Clube Naval do Porto Santo – Instalações do clube;
- SMD – Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento – Utilização do terraplano do terminal norte;
- Atlantic Island Electricity AIE – Conduta de fornecimento de vapor;
- Cimentos Madeira – Conduta subterrânea de descarga de cimento;
- Cimentos Europa – Conduta subterrânea de descarga de cimento;
- AECO – Conduta subterrânea de descarga de asfalto;
- BETA Betumes – Conduta subterrânea de descarga de asfalto;
- Insular de Moinhos – Tapete rolante de transporte de cereais;
- Outros – Cobrança de taxas pelo estacionamento no porto do Caniçal e pela emissão de cartões de estacionamento no porto do Funchal;
- Concessão do espaço de estacionamento no cais de Santa Cruz, Câmara de Lobos e outros pequenos portos.
- Serviços a faturar ao Estado e Outros Entes Públicos (EOEP):
  - Direção Regional das Pescas – Terraplano no Porto do Funchal e do Caniçal (Lota, entreposto frigorífico e instalações); Lotas do Porto Moniz, Porto Santo e Paúl do Mar;



- Direção Regional do Ambiente – Terrapleno de instalação da Etar no Paúl do Mar;
- Direção Regional de Veterinária – Terrapleno de instalação do PIF no Caniçal;
- Força Aérea Portuguesa – Terrapleno com as condutas de ligação do cais às instalações da FAP, no Porto Santo;
- Polícia Marítima – Instalações no Funchal e no Porto Santo;
- Serviços de Estrangeiros e Fronteiras – Instalações e fornecimento de água e luz;
- Guarda Nacional Republicana – Instalações e fornecimento de água e luz;
- Câmara Municipal do Porto Moniz – Terrapleno da arrecadação do aquário.

Tendo por base todos os pressupostos apresentados, estimam-se rendimentos operacionais para o ano de 2012, no montante global de 14 818 521€, conforme vem resumido no quadro abaixo e melhor discriminado no Anexo IV.

**QUADRO 2 - RENDIMENTOS OPERACIONAIS DO EXERCÍCIO**

DESCRIÇÃO	ORÇAMENTO 2012	ORÇAMENTO 2011	VAR. (%)
Venda de Mercadorias			
TUP - Navio	1.134.371	905.980	25,21%
TUP - Carga	1.895.674	2.372.534	- 20,10%
Tráfego de Passageiros	1.343.957	1.354.945	- 0,81%
TUP Contentores	3.022.904	2.992.763	1,01%
Outros Serviços a Navios	2.633.737	2.390.187	10,19%
Outros Serviços à Carga	172.669	198.186	- 12,87%
Concessões e Rendas	1.435.587	821.740	74,70%
Outros Fornecimentos e Serviços	1.407.924	23.688	5843,62%
Subsídios à Exploração	1.771.698	317.203	458,54%
<b>TOTAL</b>	<b>14.818.521</b>	<b>11.377.226</b>	<b>30,25%</b>



### 5.3. GASTOS OPERACIONAIS

Foram orçados gastos operacionais para o ano de 2012, o montante global de 22.263.336€, conforme discriminado no quadro seguinte, com uma redução global, comparativamente ao ano anterior, de 8%.

No Anexo V, apresenta-se detalhadamente todos os gastos orçados.

Na previsão dos gastos com o pessoal está orçamentada a redução remuneratória, prevista para 2012, bem como o corte dos subsídios de férias e natal, de acordo com as medidas preconizadas no PAEF e no ORAM 2012.

QUADRO 3 - GASTOS OPERACIONAIS DO EXERCÍCIO

DESCRIÇÃO	2012	2011	VAR (%)
Custo das mercad. Vend. e mat. cons.	2.500	50	4900,00%
Fornecimentos e serviços externos	2.152.615	2.822.749	-23,74%
Gastos com o pessoal	6.618.166	7.539.239	-12,22%
Amortizações do exercício	13.467.555	13.769.029	-2,19%
Outros gastos operacionais	22.500	72.300	-68,88%
<b>GASTOS OPERACIONAIS TOTAIS</b>	<b>22.263.336</b>	<b>24.203.367</b>	<b>-8,02%</b>

### 5.4. GASTOS FINANCEIROS

Os gastos financeiros previstos para o ano 2012, no valor de 5,9 ME, dizem respeito essencialmente aos encargos financeiros decorrentes de empréstimos bancários de médio e longo prazo, contraídos para o financiamento dos investimentos em imobilizados corpóreos e aos encargos assumidos com os juros das contas correntes caucionadas no valor de 9M€ e 4M€, enquanto não são reconvertidas em empréstimo de médio e longo prazo.

### 5.5. OUTROS GASTOS

Na rubrica “outros gastos” está contemplado um valor de 100.000€, para fazer face a honorários e custas judiciais, decorrentes de processos que estão a decorrer nos tribunais, nomeadamente do Estaleiro Naval do Caniçal.



## 6. PLANO DE FINANCIAMENTO

A atividade desenvolvida pela empresa gera recursos financeiros suficientes para suportar os gastos correntes.

Contudo, a continuação da gestão do Estaleiro Naval do Caniçal, a transferência da sede da APRAM, S. A. para a Gare Marítima da Madeira e a entrada em funcionamento das áreas de receção e embarque dos passageiros, provocaram um aumento dos custos de funcionamento, pelo que os gastos são tendencialmente maiores face aos anos anteriores.

Seguidamente, são apresentadas as medidas a adotar no ano 2012, de modo a cumprir o plano de investimentos proposto e os encargos da dívida, decorrentes dos empréstimos bancários de médio e longo prazo contraídos para fazer face aos investimentos realizados.

### 6.1. AUTO-FINANCIAMENTO

A cobertura do investimento por auto financiamento apresenta-se negativa, em virtude das amortizações não serem suficientes para esbater os resultados líquidos negativos, fato este que não gera fundos libertos para fazer face ao valor do investimento proposto.

QUADRO 4– AUTO-FINANCIAMENTO

DESCRIÇÃO	VALOR
Amortizações do exercício	13.467.555
Provisões do exercício	0
<b>TOTAL</b>	<b>13.467.555</b>
Resultado líquido do exercício	-14.698.322
Amortizações	13.467.555
Provisões (variação)	0
<b>1 - Fundos libertos</b>	<b>-1.230.767</b>
2 - Amortizações dos financiamentos	0
3 – Investimento	2.537.264
<b>COBERTURA DO INVESTIMENTO POR AUTO FINANCIAMENTO (1-2) / (3)</b>	<b>-49%</b>



## 6.2. FINANCIAMENTOS BANCÁRIOS

Para este ano está prevista a transformação das contas correntes caucionadas, no valor de 9 M€ e 4 M€, em empréstimo de 13 M€, de médio e longo prazo. Perspetiva-se, ainda, a eventual contração de empréstimos de curto prazo, até ao montante máximo de 5 M€, para apoio à tesouraria e aos investimentos a realizar, enquanto se aguardam outras fontes de financiamento (contratos programa, indemnizações compensatórias, co-financiamento comunitário).

## 6.3. PROJECTOS COMUNITÁRIOS / CONTRATOS PROGRAMA / INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS

No mapa de financiamento estão consideradas as seguintes verbas expectáveis:

- Receção de 7 000 000€, no período em análise, referente à celebração de contratos programa com o Governo Regional, no sentido de colmatar os investimentos públicos que a APRAM, S. A. desenvolve e tem vindo a desenvolver, substituindo-se à tutela e considerando a externalidade dos referidos investimentos, bem como o serviço da dívida e os gastos com o Estaleiro Naval do Caniçal;
- Receção de 1.771.698€, referente às indemnizações compensatórias devidas pelo não pagamento de taxas e serviços portuários, no âmbito do contrato de concessão da linha de transporte regular de passageiros e mercadorias entre a Madeira e o Porto Santo.

No ano de 2012 não está orçamentada a receção de verbas no âmbito dos projetos de cooperação transnacional (Madeira / Açores/ Canárias / Cabo Verde), nomeadamente FEDER / MAC / INTERREG III B, atendendo a que os projetos encontram-se em fase de reprogramação e o seu valor não é materialmente relevante. De igual modo, não está orçamentada a receção do montante referente ao saldo final do Fundo de Coesão do Porto do Caniçal, atendendo a que está dependente da decisão a ser tomada pelas entidades comunitárias competentes.

O Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2012 só é exequível com a receção dos montantes dos contratos programa a celebrar com o Governo Regional da Madeira, pelo que



as principais fontes de financiamento, são as expressas no ponto seguinte (6.4 – Mapa de aplicações e origens dos investimentos).

**6.4. MAPA DE APLICAÇÕES E ORIGENS DOS INVESTIMENTOS**

**QUADRO 5 - MAPA DE APLICAÇÕES E ORIGENS DOS INVESTIMENTOS**

DESCRIÇÃO		ANO 2012
<b><u>APLICAÇÕES DE FUNDOS</u></b>		
1	Investimentos em capital fixo	
	Terrenos	
	Edifícios e instalações	1.922.000
	Equipamentos	315.500
	Móveis, utensílios e viaturas	
2	Outros investimentos	
	Estudos, projectos , fiscalização	250.000
	Formação de pessoal, investigação	
	Outros gastos de investimento	49.764
3	Reembolsos de capital	
	De empréstimos	2.764.706
	De suprimentos	
	Reduções de capital social	
4	Aumento dos fundos circulantes	4.469.728
<b>5</b>	<b>TOTAL DE APLICAÇÕES</b>	<b>9.771.698</b>
<b><u>ORIGENS DE FUNDOS</u></b>		
7	Capital social	
	Realização inicial	
	Aumentos	
8	Créditos obtidos de terceiros e sócios	
	Créditos correntes de fornecedores	
	Empréstimos	1.000.000
	Suprimentos	
	Contratos Programa com a RAM - PIDDAR	7.000.000
	Indemnizações Compensatórias - Porto Santo	1.771.698
	Subsídios ao Investimento - Fundos Comunitários	
	Outros créditos	
10	Diminuição dos fundos circulantes	
<b>11</b>	<b>TOTAL DE ORIGENS</b>	<b>9.771.698</b>

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A linha orientadora deste orçamento foi o cumprimento do PAEF, as orientações de gestão emanadas pelo acionista único, representado pela Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Transportes e o normal funcionamento da empresa, visando o cumprimento da sua missão, de forma sustentável, atenta à responsabilidade económica, social e ambiental que lhe está implícita.

O Conselho de Administração procurará cumprir o plano de atividades a que se propõe, promovendo uma política de contenção de custos, conseguida através de um rigoroso controlo da execução orçamental.

Proposta de Plano de Atividades e Orçamento de Exploração e de Investimentos da APRAM – Administração do Conselho de Administração da Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. para o ano de 2012.

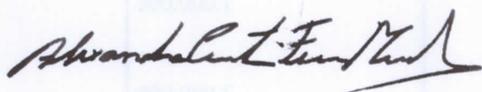
APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. aos 6 de julho de 2012.

O Conselho de Administração:

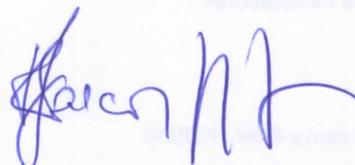
A presidente,

O vogal,

A Vogal não executiva,



(Alexandra Cristina Ferreira Mendonça)



(Marcos João Pisco Pola Teixeira de Jesus)



(Tânia Bernardete Manica Martins)



**8. ANEXOS**

**ANEXO I – BALANÇO ACTIVO PREVISIONAL**

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2012	2011
<b>ACTIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis		348.180.710	394.592.309
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Ativos intangíveis		80.879	4.080
Ativos biológicos			
Participações financeiras - met. equiv. patr.			
Participações financeiras - outros métodos			
Acionistas/sócios		1.621.093	
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos financeiros			
Sub-total		349.882.683	394.596.389
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários		79.685	112.252
Ativos biológicos			
Clientes		4.349.959	2.779.171
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos		242.984	116.115
Acionistas/sócios			
Outras contas a receber		16.244.154	181.897
Diferimentos		312.930	259.597
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários		1.271.612	1.024.973
Sub-total		22.501.324	4.474.004
<b>Total do Ativo</b>		<b>372.384.006</b>	<b>399.070.393</b>



**ANEXO I – BALANÇO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO PREVISIONAL**

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2012	2011
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital realizado		24.715.775	28.404.775
Ações próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais			
Outras reservas		3.458.449	3.458.449
Resultados transitados		- 113.717.552	- 73.189.907
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização		180.293.492	180.293.492
Outras variações no capital próprio		87.406.009	86.152.467
Resultado líquido do período		- 14.698.322	- 15.420.162
		167.457.850	209.699.113
Interesses minoritários			
<b>Total do capital próprio</b>		<b>167.457.850</b>	<b>209.699.113</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões			
Financiamentos obtidos		185.470.588	182.950.000
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
Sub-total		185.470.588	182.950.000
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores		3.448.020	4.632.796
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos		217.584	247.865
Acionistas/sócios			
Financiamentos obtidos		1.764.706	
Outras contas a pagar		238.822	352.756
Diferimentos		-	1.187.863
Outros passivos financ. detidos para negoc.		13.786.435	
Sub-total		19.455.568	6.421.280
<b>Total do passivo</b>		<b>204.926.156</b>	<b>189.371.280</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>372.384.006</b>	<b>399.070.393</b>



**ANEXO II – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2012	2011
Vendas e serviços prestados		13.046.821	11.060.022
Subsídios à exploração		1.771.698	317.203
Ganhos / Perdas imputados de sub., associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-2.500	-50
Fornecimento e serviços externos		-2.152.615	-2.822.749
Gastos com o pessoal		-6.618.166	-7.539.239
Imparidade de inventários (Perdas / Reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (Perdas / Reversões)			
Provisões (Aumentos / Reduções )			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (Perdas / Reversões)			
Aumentos / Reduções de justo de valor		-3.415.231	
Outros rendimentos e ganhos		2.187.073	1.968.376
Outros gastos e perdas		-123.500	-407.300
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>4.693.580</b>	<b>2.576.263</b>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-13.467.555	-13.769.029
Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (Perdas / Reversões)			
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-8.773.975</b>	<b>-11.192.766</b>
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e rendimentos similares suportados		-5.924.347	-4.227.396
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-14.698.322</b>	<b>-15.420.162</b>
Imposto sobre o rendimento do período			
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-14.698.322</b>	<b>-15.420.162</b>



**ANEXO III – FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAL**

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2012	2011
<b><u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u></b>			
Recebimentos de clientes		13.715.595	11.227.564
Pagamentos a fornecedores		-5.285.014	-3.179.163
Pagamentos ao pessoal		-6.618.166	-7.539.239
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>1.812.415</b>	<b>509.162</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		1.771.698	
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<b>3.584.114</b>	<b>509.162</b>
<b><u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u></b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		-2.648.422	-25.560.029
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			19.034.177
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>		<b>-2.648.422</b>	<b>-6.525.852</b>
<b><u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u></b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		1.000.000	6.950.000
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		7.000.000	
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		-2.764.706	-9.000.000
Juros e gastos similares		-5.924.347	-4.227.396
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>		<b>-689.053</b>	<b>-6.277.396</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>246.639</b>	<b>-12.294.086</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>1.024.973</b>	<b>13.319.059</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>1.271.612</b>	<b>1.024.973</b>



**ANEXO IV – RENDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO**

DESCRIÇÃO	2012	2011	VAR. (%)
TUP - Navio	1.134.371	905.980	25,21%
TUP - Carga Geral	159.140	268.830	-40,80%
Arm. Contentores	185.334	112.065	65,38%
Diversos Serviços	125.098	46.132	171,17%
Am./Desamarração	664.216	572.836	15,95%
Serviço de Reboques	586.671	401.102	46,26%
Serviço de Lancha	12.377	4.401	181,23%
Serviço Pilotagem	971.928	961.196	1,12%
S.Báscula - Pesagem	9.018	8.028	12,33%
Forn. Mão-de-Obra	113.468	206.655	-45,09%
Serviço de Guindagem	2.170	1.511	43,61%
Fornecimento Água	110.807	114.582	-3,29%
Forn.Energia Elétrica	159.892	151.089	5,83%
F.En. Elet. Content	1.589	37.558	-95,77%
Tx Licença - Lojas da Marina	183.735	85.545	114,78%
Estacionamento Navio	8.408	4.303	95,40%
Concessões e Aluguer	830.507	708.584	17,21%
Uso Edif.Inst.- Mari	1.025	9.161	-88,81%
TUP - Graneis Sólido		57.158	-100,00%
TUP - Granéis Sólido	394.368	462.435	-14,72%
TUP - Graneis Líquid	239.777	790.761	-69,68%
TUP - Graneis Líquid	8.052	59.122	-86,38%
TUP - Contentores	2.837.570	2.880.698	-1,50%
TUP Veículos > 12 To	519.866	62.182	736,04%
TUP - Veículos infer	574.447	669.100	-14,15%
TUP - Outros (BAL)	24	2.946	-99,19%
Tráfego de Passageiros	1.343.957	1.354.945	-0,81%
Fundeadouro de Navio	39.394	19.621	100,77%
Taxa de Resíduos	1.370	59.359	-97,69%
Licenças Gare Marítima		18.450	-100,00%
Novas taxas	420.320		
Serviços não faturados a privados	752.968		
Serviços não faturados ao EOEP	440.356		
Contrato SMD - Terminal norte	176.400		
Outras Prest. Serviç (Publicidade)	38.200	23.688	61,26%
Subs. à Explor. - Indem. Compens. P. Santo	1.771.698	317.203	458,54%
<b>RENDIMENTOS TOTAIS DE EXPLORAÇÃO</b>	<b>14.818.521</b>	<b>11.377.226</b>	<b>30,25%</b>

**ANEXO V – GASTOS**

DESCRIÇÃO	2012	2011	VAR. (%)
Compras Mercadorias	2.500	50	4900,00%
FSE - Eletricidade	184.687	221.000	-16,43%
FSE - Gasóleo	257.413	221.950	15,98%
FSE - Gasolina	2.680	3.250	-17,54%
FSE - Água	148.900	212.600	-29,96%
FSE - Outros Flúidos	31.060	47.600	-34,75%
FSE - Ferramentas UD	9.110	11.150	-18,30%
Livros e Doc Técnica	2.950	6.600	-55,30%
Material Escritório	15.250	22.350	-31,77%
Artigos p/ Oferta	50	50	0,00%
Rendas e Alugueres	15.080	9.100	65,71%
Disp.Representação	3.350	2.000	67,50%
Comunicações	53.395	71.650	-25,48%
FSE - Seguros	95.100	76.700	23,99%
Transp.Mercadorias	6.560	7.700	-14,81%
Deslocações e Estada	35.150	87.700	-59,92%
Honorários	39.500	21.000	88,10%
Vistorias	15.600	24.000	-35,00%
Contencioso Notariad	2.500	5.000	-50,00%
Conservação e Rep.	563.860	621.500	-9,27%
Publicidade e Prop.	72.500	179.329	-59,57%
Limpeza e Higiene	142.610	258.200	-44,77%
Vigilância e Seguran	135.000	200.000	-32,50%
Trabalhos Especializ	254.460	325.200	-21,75%
Outros FSE	65.850	187.120	-64,81%
Impostos	22.500	72.300	-68,88%
OS - Vencimentos	96.149	130.000	-26,04%
OS - Sub.Férias/Natal		21.660	-100,00%
OS - Ajudas Custo	2.515	10.000	-74,85%
OS - Sub.Alimentação	1.593	5.200	-69,37%
OS - Outras Remun.	22.800	32.160	-29,10%
P - Remunerações	3.529.543	3.817.759	-7,55%
P - Sub.Férias/Natal	248.035	770.206	-67,80%
P - IHT/CTSDF	719.278	715.284	0,56%
P - Subsídio Turno	100.080	127.932	-21,77%
P - Ajudas Custo	28.900	43.750	-33,94%
P - Sub.Alimentação	299.395	300.416	-0,34%
P - HE/S.Prev/Comp.	136.906	128.000	6,96%
P - Sub.Insularidade	55.478	163.215	-66,01%
P - Sub Falhas, Pat,	37.922	28.775	31,79%
P - Outras Remuner.	97.022	109.895	-11,71%
Pensões	29.250	60.950	-52,01%
Enc. Remunerações	916.629	1.054.302	-13,06%
Seg.Acidentes Trab D	111.245	111.133	0,10%
Custos ação Social	14.386	30.010	-52,06%
Outros Custos Pessoal	171.040	235.800	-27,46%
Redução dos Vencimentos LOE 2011		-357.208	-100,00%
Amortizações do Exercício	13.467.555	13.769.029	-2,19%
Custos Financeiros	5.924.347	4.227.396	40,14%
Custos Extraordinários	101.000	335.000	-69,85%
<b>GASTOS TOTAIS DA APRAM, S. A.</b>	<b>28.288.683</b>	<b>28.765.763</b>	<b>-1,66%</b>